



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Unidade de Controle Interno

Despacho - SEDES/GAB/UCI

Brasília-DF, 19 de novembro de 2020.

PRAZO TCDF: 02/12/2020

PRAZO UCI: 26/11/2020

URGENTE

À Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social - SEADS
À Subsecretaria de Assistência Social - SUBSAS
À Subsecretaria de Administração Geral - SUAG,

Tratam os autos acerca do Ofício nº 10516/2020-GP (50938687), no qual a o Tribunal de Contas do Distrito Federal informa a Decisão nº 4873/2020 (50982944), referente a apuração de regularidade dos termos de colaboração firmados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do COVID-19.

Consoante Decisão em tela, foi determinado à SEDES, que informe ao Tribunal de Contas do DF, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecimentos acerca das impropriedades apontadas na Informação nº 71/2020 - DIASP2 (e-DOC 42254307-e) (51181786) e resumidas na Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e) (51182238), encaminhando documentação comprobatória no caso de discordância e, ainda, que cumpra integralmente o determinado no inciso II da Decisão nº 2.489/20, disponibilizando à Corte de Contas acesso integral aos processos administrativos de termos de colaboração que tenham sido firmados com o objetivo de dar apoio e proteção à população em situação de rua, atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, em especial, que conceda acesso imediato ao Processo SEI GDF nº 00431-0000010780/2018-18 e demais processos que tratem de aditivos celebrados com o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social. Vejamos Determinação, *in verbis*:

DECISÃO Nº 4873/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator,

decidiu: I – tomar conhecimento: a) dos procedimentos para celebração e execução dos Termos de Colaboração Emergenciais nºs 01 e 02/2020, realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF no âmbito dos Processos GDF SEI nºs 00431-00004214/2020-91 e 00431-00005123/2020-73 (e-DOCS E93EE009-e e BD9D0050-e); b) da Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e); II – determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que: a) apresente, com fulcro no inciso V, do art. 248, do Regimento Interno deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecimentos acerca das impropriedades apontadas na Informação nº 71/2020 – DIASP2 (e-DOC 42254307-e) e resumidas na Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e), encaminhando documentação comprobatória no caso de discordância; b) cumpra integralmente o determinado no inciso II da Decisão nº 2.489/20, disponibilizando a esta Corte acesso integral aos processos administrativos de termos de colaboração que tenham sido firmados com o objetivo de dar apoio e proteção à população em situação de rua, atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, em especial, conceda acesso imediato ao Processo SEI GDF nº 00431-0000010780/2018-18 e demais processos que tratem de aditivos celebrados com o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social; III – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, da Matriz de Achados (e-DOC B5C234FE-e), dos Papéis de Trabalho nºs 01 (eDOC 9BE4CEE1-e) e 02 (e-DOC 5687C0D2-e) e desta decisão: 1) à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, para fins de subsidiar o atendimento da deliberação contida no inciso II; 2) ao Instituto Tocar e a Associação Beneficente Cristã Mãos Solidárias Sol Nascente para se manifestarem, em 15 (quinze) dias, acerca das evidências apontadas na Informação nº 71/2020 – DIASP2 (e-DOC 42254307-e), caso tenham interesse; 3) à Deputada Distrital JÚLIA LUCY, que informou ao Ministério Público junto ao Tribunal as supostas irregularidades que ensejaram a Representação nº 11/2020-G4P; b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP, para adoção das medidas cabíveis.

Assim, considerando a natureza da matéria, encaminhamos os autos à **Subsecretaria de Administração Geral - SUAG e à Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, com vistas à Subsecretaria de Assistência Social - SUBSAS**, para conhecimento e adoção de providências urgentes, com vistas ao atendimento da Determinação, tendo em vista que o prazo estipulado para manifestação (de 15 dias) finda na data de **02/12/2020**.

Ressaltamos a necessidade de esclarecimentos acerca de todas as impropriedades apontadas na Informação nº 71/2020 – DIASP2 (51181786), resumidas na Matriz de Achados (51182238), as quais demandam justificativas da Pasta, encaminhando documentação comprobatória no caso de discordância dos apontamentos.

Ainda, solicitamos o encaminhamento imediato à Unidade de Controle Interno do processo 00431-0000010780/2018-18 e dos demais processos que tratem de aditivos celebrados com o Instituto Inclusão de Desenvolvimento e Promoção Social para tramitação premente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Por fim, após providenciadas as medidas deliberadas, solicitamos o encaminhamento das informações pertinentes à demanda, devidamente fundamentadas e comprovadas documentalmente, a esta Unidade de Controle Interno, até dia **26/11/2020**, para ultimação das providências de remessa tempestiva à Corte de Contas.

Ressaltamos, que na impossibilidade justificada em se cumprir o determinado dentro do prazo estipulado, devem as fundamentadas razões, ser acompanhadas de documentação comprobatória, encaminhadas a esta UCI em prazo suficiente para elaboração do pertinente e tempestivo pedido de prorrogação ao Órgão requerente, ou seja, até **27/11/2020**, no caso presente.

Ademais, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos, conforme sejam necessários.

Natália Flávia Leite

Unidade de Controle Interno

De acordo. Encaminho os autos à **Subsecretaria de Administração Geral - SUAG e à Subsecretaria de Assistência Social - SUBSAS**, na forma do despacho e à **Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social** (para conhecimento).

PAULA CÁSSIA GALVÃO

Auditora de Controle Interno

Chefe da Unidade de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **PAULA CASSIA GALVÃO - Matr.0275492-4, Chefe da Unidade de Controle Interno**, em 20/11/2020, às 08:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA FLÁVIA DE OLIVEIRA RAMOS LEITE - Matr.0197661-3, Técnico(a) em Assistência Social - Agente Administrativo(a)**, em 20/11/2020, às 10:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **51174963** código CRC= **12DAA381**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 515 Bloco A Ed. Banco do Brasil - - Bairro Asa Norte - CEP 70750-501 - DF

33483535

00600-00008796/2020-22

Doc. SEI/GDF 51174963